

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.709 - SP (2019/0012569-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO
PROCURADOR : LUCIANA CATANZARO LOFFREDO E OUTRO(S) - SP223790

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. IPTU. NULIDADE DA CDA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. SÚMULA N. 7/STJ. RFFSA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS. ÔNUS DA PROVA. TESES NÃO ANALISADAS PELA CORTE DE ORIGEM. CARÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial da União, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. RFFSA. EXISTÊNCIA DE CARÁTER ECONÔMICO E FINALIDADE LUCRATIVA. POSSIBILIDADE DE TRIBUTAÇÃO. NOTIFICAÇÃO MENDIANTE ENTREGA DO CARNÊ. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DA REGULAR INSCRIÇÃO DA DÍVIDA. APELAÇÃO PROVIDA.

1. A execução fiscal visa à cobrança, por parte do Município de Ribeirão Preto de IPTU dos exercícios de 2000 a 2004, sobre imóvel pertencente à época dos fatos geradores à Rede Ferroviária Federal S/A.

2. O E. Superior Tribunal de Justiça, em regime de julgamento de recursos repetitivos, à luz do artigo 543-C, da lei processual, já pacificou o entendimento de que o ônus da prova do não -recebimento da cobrança das guias de cobrança das taxas e tarifas municipais recai exatamente sobre o contribuinte (Precedente: AgRg no REsp 1179874/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 28/09/2010).

3.. Dada a natureza de sociedade anônima da RFFSA, vinha entendendo que sua atividade ostentava cunho econômico e, portanto, visada ao lucro, o que, por conseguinte, impedia que a empresa se beneficiasse da imunidade tributária recíproca (CF/88, art. 150, VI, "a", §§ 2º e 3º).

4. O STF, mais precisamente em 12/08/2016, em sede de exame de repercussão geral no RE 959.489, por meio de seu Plenário, decidiu que o tema envolvendo a suposta imunidade recíproca da RFFSA não é de índole constitucional e, por tal motivo, não é dotado de repercussão geral.

5. Não mais aplicável como razão de decidir a posição antes explicitada pelo STF no RE nº 943.885, justamente porque suas bases repousam na questão constitucional, tendo a Excelsa Corte frisado, repita-se, por seu órgão Plenário, que a solução do tema não requer o emprego das normas da

mais alta hierarquia do sistema jurídico.

6. Possibilidade de tributação do patrimônio, da renda e dos serviços prestados pela extinta RFFSA, ante a existência de caráter econômico e finalidade lucrativa.

7. Caberá a União, na qualidade de sucessora da obrigação tributária, a responsabilidade pelo pagamento do IPTU relativo ao exercício em cobro.

8. Nos termos do art. 3º, parágrafo único, da LEF, a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção /uris tantum de certeza e liquidez, só podendo ser elidida por meio de prova inequívoca. A inscrição, por sua vez, gera a certidão de dívida ativa, a qual constitui título executivo extrajudicial para efeito de ajuizamento da execução pelo rito especial da Lei no 6.830, de 1980.

9. O E. Superior Tribunal de Justiça, em regime de julgamento de recursos repetitivos, à luz do artigo 543-C, da lei processual, já pacificou o entendimento de que o ônus da prova do não recebimento da cobrança das guias de cobrança das taxas e tarifas municipais recai exatamente sobre o contribuinte (Precedente: AgRg no REsp 1179874/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 28/09/2010).

10. Apelação a que se dá provimento.

Não foram opostos embargos de declaração.

No recurso especial, a recorrente alega violação dos seguintes dispositivos: a) arts. 202 e 203 do Código Tributário Nacional, 2º, §§5º e 8º, da Lei n. 6.830/80 e 267, VI, do Código de Processo Civil de 1973, sustentando nulidade da certidão de inscrição em dívida ativa, por não preenchimento de todos os requisitos legais; b) arts. 1º, 7º, "a", 19 e 21 da Lei n. 3.115/57 e art. 373, I, do Código de Processo Civil de 1973, aduzindo que a RFFSA prestava serviço público de natureza essencial, sendo do Município recorrido o ônus da prova em sentido contrário; c) arts. 21, X, XI e XII, 150, *caput*, VI, "a", §§2º e 3º, 173 e 175 da Constituição Federal e 130 e 131 do Código Tributário Nacional, alegando ausência de responsabilidade pelo pagamento do IPTU, em razão da imunidade recíproca da própria RFFSA.

Houve contrarrazões (e-STJ fls. 115/122).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade pela incidência da Súmula n. 7/STJ.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial possui condições de admissão.

Não houve contraminuta pela parte agravada.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A agravante impugnou o fundamento adotado na decisão de inadmissibilidade, razão pela qual, passo a análise do recurso especial.

A insurgência não merece prosperar.

Inicialmente, com relação à CDA, a parte sustenta sua nulidade por impossibilidade de alteração do pólo passivo da execução fiscal.

No ponto, a Corte de Origem se manifestou no seguinte sentido (e-STJ fls. 77/78):

Nos termos do art. 3º, parágrafo único, da LEF, a dívida ativa regularmente

inscrita goza de presunção *juris tantum* de certeza e liquidez, só podendo ser elidida por meio de prova inequívoca. A inscrição, por sua vez, gera a certidão de dívida ativa, a qual constitui título executivo extrajudicial para efeito de ajuizamento da execução pelo rito especial da Lei nº 6.830, de 1980.

A simples indicação nas certidões de dívida ativa dos números dos processos administrativos que deram origem aos créditos executados é suficiente para atender a exigência estabelecida no art. 2º, §50 da Lei nº 6.830/80, o que possibilita o pleno exercício do direito de defesa.

Ainda, a Lei nº 6.830/80, em seu art. 2º, §§ 5º e 6º, trata dos requisitos que o termo de inscrição em dívida ativa e a respectiva certidão devem conter, *in verbis*:

[...]

Tal presunção de certeza e liquidez da regular inscrição da dívida, no entanto, é de caráter *juris tantum*, porquanto admite prova em contrário, a cargo do embargante. **Assim, a certeza da regularidade da inscrição será questionável ao tempo em que o embargante provar a inexistência do fato gerador, fatos ensejadores da decadência do direito ao lançamento, omissão no procedimento administrativo de constituição do crédito, por exemplo. A liquidez restará afastada ao tempo em que o embargante igualmente comprovar a inexigibilidade da dívida exequenda.**

Não vislumbro, pois, qualquer irregularidade ou nulidade formal na CDA de molde a contaminar a execução.

Destarte, haja vista o excerto do acórdão acima transcrito, torna-se irrefragável a conclusão de que o acolhimento da pretensão recursal exigiria análise do preenchimento dos requisitos da CDA, o que demanda revolvimento do conjunto fático e probatório constantes dos autos, o que é inviável a teor da Súmula n. 7/STJ.

Nesse, cito o seguinte precedente:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO. GRUPO ECONÔMICO. CONFUSÃO PATRIMONIAL. INTERESSE COMUM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. 1. A agravante afirma que não há elemento capaz de ensejar a conclusão de que a Transprev Transportes (ou mesmo a Prossegur) possuía interesse comum ou estava vinculada ao fato gerador do qual decorreu o crédito tributário ora em exigência.

2. Conforme consignado na análise monocrática, a Corte a quo, soberana na apreciação das provas carreadas aos autos, reconheceu a formação de grupo econômico entre a executada e a empresa, ora recorrente, caracterizado pela confusão patrimonial. Baseado, pois, nessas premissas fáticas, reconheceu a responsabilidade subsidiária nos seguintes termos (fls. 541-543, e-STJ): "Nesse passo, cotejando-se o conceito acima com a realidade dos autos, necessário reconhecer o elo entre TRACTHOR PARTICIPAÇÕES, controlada por MARIO MANELA, TRANSPEV PROCESSAMENTO E SERVIÇOS e da TRANSPORTADORA OURIQUE, outrora TRANSPEV TRANSPORTE DE VALORES, com a formação do grupo econômico, com a confusão patrimonial entre essas empresas".

3. Portanto, havendo-se estabelecido, no acórdão recorrido, a existência de prova indiciária, nos autos, não só da formação de grupo econômico, mas também da confusão patrimonial, bem como da existência de unidade de ação, entre as empresas integrantes do grupo econômico, na realização do

fato gerador da situação comum, a questão não mais pode ser alvo de debate em Recurso Especial, ante o óbice constante da Súmula 7/STJ. 4. Em relação à prescrição, o acórdão regional não destoa da jurisprudência do STJ, de que o prazo prescricional tem início com a exclusão formal do contribuinte do programa de parcelamento. Incidência da Súmula 83/STJ.

5. **Quanto à tese que sustenta a nulidade da CDA, a revisão do consignado pelo Tribunal de origem acerca do cumprimento dos requisitos da Certidão requer o revolvimento do conjunto fático-probatório, visto que a instância a quo utilizou elementos contidos nos autos para alcançar o entendimento de que a Certidão de Dívida Ativa cumpre os requisitos legais. O reexame de provas é inadmissível na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.**

6. O posicionamento do Tribunal a quo está em consonância com a orientação do STJ de que "o art. 133 do CTN impõe ao sucessor a responsabilidade integral, tanto pelos eventuais tributos devidos quanto pela multa decorrente, seja ela de caráter moratório ou punitivo (REsp. 670.224/RJ, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJU 13.12.2004)". Incidência da Súmula 83 do STJ.

7. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1721146/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 19/11/2018)

Vale consignar que a violação de dispositivos da CF não enseja a interposição de recurso especial, posto que não se enquadram no conceito de lei federal previsto no permissivo constitucional.

Além disso, percebe-se que as demais teses trazidas ao especial estão interligadas, de forma que a concessão da imunidade tributária seria consequência lógica do reconhecimento da prestação de serviços públicos pela RFFSA.

Quanto à questão, o acórdão combatido assim consignou (e-STJ fl. 76):

Em suma, sinalizou o STF às instâncias judiciais a quo que a solução do tema não necessita passar pelas normas constitucionais, sendo suficiente, portanto, que o juiz o examine dos textos legais pertinentes ao caso.

Desse modo, entendo não mais aplicável como razão de decidir a posição antes explicitada pelo STF no RE nº 943.885, justamente porque suas bases repousam na questão constitucional, tendo a Excelsa Corte frisado, repita-se, por seu órgão Plenário, que a solução do tema não requer o emprego das normas da mais alta hierarquia do sistema jurídico.

Nesse contexto, volto a adotar o antigo posicionamento, qual seja, a **possibilidade de tributação do patrimônio, da renda e dos serviços prestados pela extinta RFFSA, ante a existência de caráter econômico e finalidade lucrativa.**

Isso fica bastante claro, aliás, pelo disposto no art. 3º da Lei 3.115/57 (a norma que criou a empresa) que estatui a **aplicação à RFFSA das normas próprias das sociedades anônimas, sabidamente entidades "de capital" e que visam obter lucro.**

[...]

Assim, considerando, a União Federal, na qualidade de sucessora da obrigação tributária, é a responsável pelo pagamento do IPTU devido pela extinta RFFSA, relativo aos exercícios em cobro.

Percebe-se da leitura que o Tribunal *a quo*, ao enfrentar a questão, não o fez sob

a ótica da natureza dos serviços prestados pela RFFSA, nada falando acerca do caráter essencial dos serviços ou do ônus probatório do Município. Dessa feita, o tema carece de necessário prequestionamento posto que o cumprimento desse requisito apenas se observa com o debate sobre a tese jurídica específica, isto é, com a emissão de juízo de valor sobre determinada norma e a sua aplicabilidade ao caso concreto. Incidem os óbices das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO. APLICAÇÃO DA REGRA CONTIDA NO ART. 173, I, DO CTN. TERMO INICIAL. EXERCÍCIO SEGUINTE AO VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO. PRECEDENTES. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 150, § 4º, DO CTN, BEM COMO, NO TOCANTE À APLICAÇÃO DA TR, AOS ARTS. 18, 20, 21, 23 E 24 DA LEI Nº 8.177/91 E 161 DO CTN. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ÓBICE DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. INCIDÊNCIA SOBRE O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. PRETENDIDA ANÁLISE DA PROPORÇÃO EM QUE SE DEU A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. 1. O recurso especial não merece ser conhecido em relação à questão que não foi tratada no acórdão recorrido, sobre a qual nem sequer foram apresentados embargos de declaração, ante a ausência do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF, por analogia). 2. No que concerne à verba denominada auxílio-alimentação, não há falar na incidência de contribuição previdenciária quando pago in natura, esteja ou não a empresa inscrita no PAT. No entanto, pago habitualmente e em pecúnia, há a incidência da contribuição. Nesse sentido: REsp 1.196.748/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 28.9.2010; AgRg no REsp 1.426.319/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 13.5.2014; REsp 895.146/CE, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 19.4.2007. 3. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1694824/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 14/12/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

